



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº: 0186.330-3 - Recife

Agravante(s): Paulo Roberto Figueiroa de Amorim Júnior

Agravado(s): Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. INAPTIDÃO. EXCLUSÃO DO CERTAME. EXAME DE SAÚDE. PROBLEMAS ODONTOLÓGICOS. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO. ENFERMIDADES QUE NÃO CONDUZEM À INCAPACIDADE PARA EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO A QUE CONCORRERAM. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Versa a lide em apreço acerca de exclusão de candidatos ao cargo de soldado da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, por inaptidão no exame de saúde, ante a constatação de problemas odontológicos disciplinados na Portaria do Comando Geral da PMPE nº 044/94 como obstativos ao ingresso na carreira. O debate gira, basicamente, em torno de 02 (dois) posicionamentos, quais sejam: 1) Conforme defendido pelos agravantes, **as limitações para ingresso no serviço público teriam, necessariamente, de estar prevista em lei no sentido formal**, conforme entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal, e que, no caso concreto, a limitação contra a qual se insurgem está contemplada apenas em Decreto emanado do Chefe do Poder Executivo e em Portaria do Comando Geral da PM/PE, não existindo lei em sentido formal estabelecendo a restrição, o que faria com que a exigência do candidato não ser portador de problemas odontológicos fira frontalmente o princípio da legalidade, sendo, pois, inconstitucional e 2) **O edital é a lei do concurso**, ficando o candidato adstrito às regras insculpidas no estatuto do certame, de sorte que, aquele concorrente que vai participar de concurso público se submete e fica vinculado às normas constante no edital, que, *in casu*, especificam claramente que a incidência de problemas odontológicos nos candidatos é causa de sua inaptidão para ingresso nos quadros da polícia militar de Pernambuco, em observância às normas do Regulamento Geral da PMPE, regulamentada na Portaria nº 044/94, do Comando Geral da PMPE, a qual serve como parâmetro, de acordo com o item 5.2.10 do edital, na fixação das causas de inaptidão para os candidatos submetidos ao exame de saúde no certame público em referência.

2. Acerca do provimento dos cargos públicos, assevera o artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, que o acesso é extensivo a todos os brasileiros desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

3. Embora, de início, tenha aderido ao posicionamento segundo o qual se impõe o reconhecimento da legalidade do ato administrativo que determina a exclusão do certame do candidato que se enquadra em uma das hipóteses da Portaria nº 044/94, do Comando Geral da PMPE, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, impessoalidade e da vinculação às normas do edital, diante da excepcionalidade do caso, alterei o meu ponto de vista, tendo em vista princípios fundamentais na busca da efetividade do Direito, sobretudo quando se tem em mente que a hipótese ora em análise não



**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

guarda absoluta similitude com o anterior processo no qual figurei como relator.

**5.** *In casu*, o item 5.3.6 do Edital, que dispõe, *in verbis*, que "Será considerado eliminado do concurso público o candidato que: (...) b) incidir em qualquer causa de incapacidade de saúde especificada na Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 044, de 06/01/94, modificada pela Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 1.246, de 06/08/2003, também aplicada ao Corpo de Bombeiros Militar.", evidentemente não possui suporte em dispositivo de lei formal, porquanto respaldado unicamente no Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco, Lei nº 6.783/74, que apenas disciplina que o ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, observadas as prescrições da lei e dos regulamentos da Corporação, no Decreto nº 10.932/85, que, malgrado estabelecer como um dos requisitos para ingresso na PMPE a submissão a exames de saúde, não tem *status* de lei formal e na referida Portaria, que igualmente não tem o condão de impor restrições ao acesso aos cargos públicos, nos moldes da jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, como vimos.

**6.** Não obstante, atualmente, já exista lei ordinária disciplinando o ingresso nas Corporações Militares do Estado de Pernambuco, qual seja, a Lei Complementar nº 108, a mesma entrou em vigor em 14 de maio de 2008, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2008, momento posterior à publicação do edital reitor do certame em tela.

**7.** O agravante acostou aos autos atestados médicos e fotografias (fls. 69/77), de cuja análise se infere que a ausência de dentes apresentadas por ele apresentada foi suprida mediante cirurgia de implante realizada em fevereiro do corrente ano, sendo certo que na via estreita do presente agravo de instrumento não há como se afirmar que o problema odontológico apresentado pelo recorrente, mesmo após a submissão a tratamentos, continua ou não a causar dano ao bom exercício das funções militares, matéria probante esta para ser apreciada na ação principal

**8.** Como é cediço, os atestados médicos servem para embasar se é ou não razoável a eliminação de um candidato em concurso público, sendo certo que existem causas realmente impeditivas e outras não. Cada caso é um caso. A avaliação em concurso público deverá ser pautada em critérios objetivos e científicos, sendo certo que seus parâmetros variam de cargo para cargo. O candidato não poderá ser eliminado senão por exames médicos que observem o princípio da razoabilidade.

**9.** Por se tratar de matéria alusiva ao preenchimento de cargos na Administração, deve-se relevar sobremaneira os princípios constitucionais que regem o servidor público, em qualquer nível ou esfera governamental, sob pena de, não o fazendo, infringir-se toda a moldura jurídica construída em torno da defesa desse interesse. A admissão por concurso público, uma das formas constitucionais de acesso aos cargos públicos deve observância aos princípios constitucionais para que se resguarde o acesso democrático e legal e, também, para a salvaguarda da qualidade da prestação dos serviços públicos, pois os servidores públicos legalmente recrutados deverão se submeter a um estatuto definidor das obrigações, responsabilidades e prerrogativas, de forma impessoal e eficiente.

**10.** As enfermidades odontológicas elencadas no anexo único da portaria do Comando Geral como causas determinantes de inaptidão ao exercício das



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

atividades policiais, nomeadamente possuir o candidato menos de 20 (vinte) dentes naturais ou apresentar cáries, não conduzem à incapacidade para o exercício das atividades inerentes ao cargo pleiteado, mormente por sua reversibilidade por meio de tratamentos medicamentosos ou cirúrgicos.

**11.** Conferir natureza eliminatória àquelas enfermidades foge a critérios lógicos que justifiquem a desclassificação dos recorridos, resultando flagrante malferimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, albergados constitucionalmente.

**12.** Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao presente recurso, apenas para fins de permitir ao agravante que seja submetido à investigação social, nos moldes do item 6 do edital do concurso em tela.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0186.330-3 da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, Paulo Roberto Figueiroa de Amorim Júnior e, como agravado, o Estado de Pernambuco, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de novembro de 2009.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

**Sétima Câmara Cível**  
**Agravo de Instrumento nº: 0186.330-3 - Recife**  
**Agravante(s): Paulo Roberto Figueiroa de Amorim Júnior**  
**Agravado(s): Estado de Pernambuco**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO:**

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por Paulo Roberto Figueiroa de Amorim Júnior em face do Estado de Pernambuco, impugnando decisão interlocutória da lavra do MM. Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Edvaldo José Palmeira, prolatada nos autos da Ação Ordinária nº 001.2009.107602-2.

A decisão questionada (fls. 94/95 dos autos) indeferiu a antecipação de tutela almejada, ao argumento da inexistência da relevância jurídica da argumentação defendida na exordial.

Historia que se inscreveu regularmente no concurso para o cargo de soldado da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, sendo reprovado no exame de saúde odontológico.

Aduz que nem todas as exigências estabelecidas na Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 44 para ingresso na Corporação são, de fato, essenciais ao pleno exercício das funções inerentes aos cargos ofertados no edital do certame em tela.

Afirma que, malgrado o evento que ensejou sua exclusão, a saber, o fato de possuir apenas um dente no hemiarco superior esquerdo, esteja efetivamente elencado na referida portaria como causa de incapacidade para ingresso na PMPE, tal previsão está em evidente descompasso com as normas constitucionais que regem a Administração Pública, sobretudo o da igualdade e do livre acesso aos cargos públicos.

Assevera que a exigência odontológica para o ingresso na carreira da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e que ensejou sua exclusão do certame não possui qualquer respaldo legal, vez que a Lei nº 6.783/74, Estatuto da PMPE, não possui qualquer previsão nesse sentido, sendo certo que o Decreto nº 10.932/85, por não ser lei formal, não tem o condão de criar ou restringir direitos.



138  
147

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

Alega que a exigência em apreço ofende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista que os problemas odontológicos por eles apresentados são irrelevantes para justificar qualquer prejuízo no desempenho das atribuições próprias do cargo.

Pugna, liminarmente, pela concessão de antecipação de tutela recursal, para que se assegure a sua continuidade no certame, e, ao final, pelo provimento do presente recurso, com a integral reforma da decisão agravada.

Esta Relatoria, às fls. 102/108, antecipou a tutela recursal, apenas para fins de permitir aos agravantes que sejam submetidos à investigação social, nos moldes do item 6 do edital do concurso em tela.

Desta decisão foi interposto agravo regimental, ao qual negou-se provimento.

Instados a ofertar contra-razões, o Estado de Pernambuco fê-lo às fls. 117/124, aduzindo, em síntese, que o ato objeto de impugnação pelos ora recorridos, fundamentado no Edital do certame em tela e na Portaria CG/PMPE nº 44/94, modificada pela Portaria nº 1.243/03, ao considerá-los inaptos no exame de saúde odontológico, não violou qualquer preceito legal ou constitucional.

Alegou, ademais, que o artigo 142, §3º, inciso X, da Constituição Federal, aplicável aos militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios, por força do disposto no artigo 42, §1º, dispõe que a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades e, em cumprimento a este preceito, dispõe a Lei nº 6.783/74 – Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco – que o ingresso na PMPE é facultado a todos os brasileiros, observadas as condições prescritas em lei e nos regulamentos da Corporação.

Afirmou que o Regulamento para Ingresso na Polícia Militar do Estado de Pernambuco dispõe que os exames de seleção, que se destinam a proporcionar uma avaliação precisa da capacidade e da aptidão do candidato, constarão de exames intelectuais, de aptidão física, psicológicos e de saúde, a serem realizados de acordo com normas baixadas pelo Comandante Geral da PMPE.

Asseverou que o Anexo Único da Portaria CG/PMPE nº 44/94, estabelece, no seu item II, ser causa de incapacidade para o ingresso na Polícia Militar de Pernambuco mazelas odontológicas, dentre as quais a ausência de número mínimo de dentes naturais, cáries, processos infecciosos e neoplasias na cavidade oral e, ainda, que os documentos ofertados pelos ora recorridos ao instruir o agravo de instrumento nada mais são do que meros atestados médicos genéricos, que não especificam, à luz da minudenciadas exigências odontológicas identificadas da referida Portaria, porque não deveriam ser havidos como aptos.



143 139

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

O Ministério Público ofertou parecer às fls. 132/134, opinando pelo provimento do recurso. 01

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 28 de Outubro de 2009.

  
Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator



148  
149

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº: 0186.330-3 - Recife

Agravante(s): Paulo Roberto Figueiroa de Amorim Júnior

Agravado(s): Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**V O T O:**

---

Versa a lide em apreço acerca de exclusão de candidato ao cargo de soldado da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, por inaptidão no exame de saúde, ante a constatação de problemas odontológicos disciplinados na Portaria do Comando Geral da PMPE nº 044/94 como obstativos ao ingresso na carreira.

O debate gira, basicamente, em torno de 02 (dois) posicionamentos, quais sejam: 1) Conforme defendido pelos agravantes, **as limitações para ingresso no serviço público teriam, necessariamente, de estar prevista em lei no sentido formal**, conforme entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal, e que, no caso concreto, a limitação contra a qual se insurgem está contemplada apenas em Decreto emanado do Chefe do Poder Executivo e em Portaria do Comando Geral da PM/PE, não existindo lei em sentido formal estabelecendo a restrição, o que faria com que a exigência do candidato não ser portador de problemas odontológicos fira frontalmente o princípio da legalidade, sendo, pois, inconstitucional e 2) **O edital é a lei do concurso**, ficando o candidato adstrito às regras insculpidas no estatuto do certame, de sorte que, aquele concorrente que vai participar de concurso público se submete e fica vinculado às normas constante no edital, que, *in casu*, especificam claramente que a incidência de problemas odontológicos nos candidatos é causa de sua inaptidão para ingresso nos quadros da polícia militar de Pernambuco, em observância às normas do Regulamento Geral da PMPE, regulamentada na Portaria nº 044/94, do Comando Geral da PMPE, a qual serve como parâmetro, de acordo com o item 5.2.10 do edital, na fixação das causas de inaptidão para os candidatos submetidos ao exame de saúde no certame público em referência.

A primeira corrente se firma na literalidade do caput do artigo 5º da Magna Carta, que, ao instituir o princípio da igualdade, veda discriminações arbitrárias que não estejam a serviço de uma finalidade abarcada pelo Ordenamento Jurídico.

Nos moldes do que defende tal corrente, é de se reconhecer, ademais, que o inciso XXX do art. 7º da Constituição Federal, expressamente estendido



149

150

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

aos servidores públicos ocupantes de cargos públicos, inclusive militares, pelo parágrafo 3º do art. 37 da Magna Carta, veda a adoção de critérios discriminatórios de admissão por motivo de idade, sexo, altura, dentre outros.

Acerca do provimento dos cargos públicos, assevera o artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, que o acesso é extensivo a todos os brasileiros desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei, *in verbis*:

*Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*

No mesmo sentido, o artigo 5.º, inciso XIII, da Carta Magna, afirma:

*XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; (grifos nossos)*

Vejamos os esclarecimentos doutrinários de Ives Gandra Martins e Celso Ribeiro Bastos e Sérgio Porto, acerca da exigência de lei para a previsão dos requisitos para o provimento de cargo público:

*"A palavra "lei" está aí utilizada na sua acepção mais restrita e inclusive mais técnica, isto é, de ato normativo aprovado sob procedimento específico pelo Legislativo com a colaboração do Chefe do Executivo ou de ato que lhe faça as vezes. (...). Não é, em consequência, admissível a utilização de atos de menos dignidade jurídica: decretos, resoluções, editais, atos administrativos em geral não têm aptidão para satisfazer o requisito constitucional de exigência de lei." (Comentários à Constituição do Brasil, 3.º vol., tomo III, Saraiva, p. 58)*

*"somente a lei em sentido estrito pode estabelecer condições para o acesso de brasileiros aos cargos públicos - sendo, portanto, inconstitucional qualquer restrição originária de outro ato jurídico que não a lei, tal como o ato administrativo (v. g. o Edital de Concurso), o decreto, e assim por diante" (Da regra do acesso aos cargos públicos, Sérgio Porto, Revista da Ajuris n.º 12, Porto Alegre, p. 139).*

No que pertine à segunda corrente, acerca da validade de um ato administrativo (portaria) em fixar as causas incapacitantes de saúde para ingresso nas fileiras castrenses, digno de registro excerto do brilhante acórdão





156

151

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

proferido pela 6ª Turma do Colendo STJ, da lavra do eminente Min. Hélio Quaglia Barbosa, nos autos do RMS/PI nº 13820:

*"(...) Denota-se que para a investidura no cargo de soldado da polícia militar deve ser observada a prévia aprovação em concurso público, bem como a observância da natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei. Da "quaestio iuris" apresentada, cabe a seguinte indagação: Ante a carência de norma legal que estabeleça critérios específicos para a investidura no cargo de soldado, é livre a forma de ingresso na polícia militar? A resposta deve ser negativa. Como se verificou anteriormente, o concurso público para a polícia militar deve observar os requisitos que irão resultar no fiel cumprimento da missão conferida pela ordem constitucional de 1988, notadamente no sentido de exercer a atividade de polícia ostensiva e, bem assim, de preservar a ordem pública. Dessa forma, a inexistência de lei específica acerca dos requisitos do processo seletivo não poderá ser considerada óbice para que a Administração, fincada no princípio da razoabilidade, estabeleça exigências necessárias à adequação do exercício da atividade de soldado ao cargo de policial militar. (...)."*

Também encontramos vários julgados do STJ (RMS 20.114/MG RMS 17.390/BA) e deste, Egrégio Tribunal de Justiça (ACi 142895-1, ACi 139630-5, AI 111870-1, AI 107899-7, AR 1074531/01, AR 111841-0/01, MS 107039-1), sendo este o posicionamento tomando por minha relatoria por ocasião de voto exarado no Agravo Regimental nº 0164.230-4/01, qual seja, que o candidato, tomando prévia ciência das normas do edital, dentre as quais aquela que, com base na Portaria nº 044/94, do Comando Geral da PMPE, previa ser a ausência da quantidade mínima de dentes naturais causa odontológica de inaptidão no exame de saúde para ingresso nas fileiras da PMPE, e sendo este (edital) a lei do concurso público, é de reconhecer a legalidade do ato administrativo que determinou a sua exclusão do certame, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, impessoalidade e da vinculação às normas do edital.

Pois bem, embora, de início, tenha aderido ao segundo posicionamento acima exposto, diante da excepcionalidade do caso, alterei o meu ponto de vista, tendo em vista princípios fundamentais na busca da efetividade do Direito, sobretudo quando se tem em mente que a hipótese ora em análise não guarda absoluta similitude com o anterior processo no qual figurei como relator. Senão vejamos.

*In casu*, o item 5.3.6 do Edital, que dispõe, *in verbis*, que "Será considerado eliminado do concurso público o candidato que: (...) b) incidir em qualquer causa de incapacidade de saúde especificada na Portaria do Comando Geral da Polícia Militar nº 044, de 06/01/94, modificada pela Portaria do



151  
152

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

*Comando Geral da Polícia Militar nº 1.246, de 06/08/2003, também aplicada ao Corpo de Bombeiros Militar." (fl. 56), evidentemente não possui suporte em dispositivo de lei formal, porquanto respaldado unicamente no Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco, Lei nº 6.783/74, que apenas disciplina que o ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, observadas as prescrições da lei e dos regulamentos da Corporação, no Decreto nº 10.932/85, que, malgrado estabelecer como um dos requisitos para ingresso na PMPE a submissão a exames de saúde, não tem *status* de lei formal e na referida Portaria, que igualmente não tem o condão de impor restrições ao acesso aos cargos públicos, nos moldes da jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, como vimos.*

Cumpra-se notar, outrossim, que, não obstante, atualmente, já exista lei ordinária disciplinando o ingresso nas Corporações Militares do Estado de Pernambuco, qual seja, a Lei Complementar nº 108, a mesma entrou em vigor em 14 de maio de 2008, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2008, momento posterior à publicação do edital reitor do certame em tela.

Ressalte-se que o agravante acostou aos autos atestados médicos e fotografias (fls. 69/77), de cuja análise se infere que a ausência de dentes apresentadas por ele apresentada foi suprida mediante cirurgia de implante realizada em fevereiro do corrente ano, sendo certo que na via estreita do presente agravo de instrumento não há como se afirmar que o problema odontológico apresentado pelo recorrente, mesmo após a submissão a tratamentos, continua ou não a causar dano ao bom exercício das funções militares, matéria probante esta para ser apreciada na ação principal.

Como é cediço, os atestados médicos servem para embasar se é ou não razoável a eliminação de um candidato em concurso público, sendo certo que existem causas realmente impeditivas e outras não. Cada caso é um caso. A avaliação em concurso público deverá ser pautada em critérios objetivos e científicos, sendo certo que seus parâmetros variam de cargo para cargo. O candidato não poderá ser eliminado senão por exames médicos que observem o princípio da razoabilidade.

*In casu*, por se tratar de matéria alusiva ao preenchimento de cargos na Administração, deve-se relevar sobremaneira os princípios constitucionais que regem o servidor público, em qualquer nível ou esfera governamental, sob pena de, não o fazendo, infringir-se toda a moldura jurídica construída em torno da defesa desse interesse. A admissão por concurso público, uma das formas constitucionais de acesso aos cargos públicos deve observância aos princípios constitucionais para que se resguarde o acesso democrático e legal e, também, para a salvaguarda da qualidade da prestação dos serviços públicos, pois os servidores públicos legalmente recrutados deverão se submeter a um estatuto definidor das obrigações, responsabilidades e prerrogativas, de forma impessoal e eficiente.



152  
153

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

Tal entendimento vem sustentado pela vigência do princípio constitucional da eficiência, alçado a tal categoria no *caput* do artigo 37 da CF, assim como também pelo princípio constitucional da economicidade, posto no *caput* do artigo 70. Os conceitos de eficácia e economicidade, afetos à iniciativa privada, importados para a administração pública como princípios vinculativos para o agir administrativo, devem ser atingidos em consonância com os demais princípios constitucionais, especialmente os princípios da legalidade, da moralidade e da justiça, cernes fixos e estruturantes de um Estado Democrático de Direito.

Estes princípios constitucionais muitas vezes se complementarão e em algumas situações se chocarão, conflito este que será solucionado através da ideologia constitucionalmente adotada, como princípio maior, ou valor maior que possibilitará eliminar os antagonismos do texto constitucional, aplicando o princípio da economicidade, que baseado neste valor, irá apontar qual princípio será aplicado ao caso concreto.

As enfermidades odontológicas elencadas no anexo único da portaria do Comando Geral como causas determinantes de inaptidão ao exercício das atividades policiais, nomeadamente possuir o candidato menos de 20 (vinte) dentes naturais ou apresentar cáries, não conduzem à incapacidade para o exercício das atividades inerentes ao cargo pleiteado, mormente por sua reversibilidade por meio de tratamentos medicamentosos ou cirúrgicos.

Conferir natureza eliminatória àquelas enfermidades foge a critérios lógicos que justifiquem a desclassificação dos agravantes, resultando flagrante malferimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, albergados constitucionalmente.

Ante o exposto, voto pelo PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO, apenas para fins de permitir ao agravante que seja submetido à investigação social, nos moldes do item 6 do edital do concurso em tela.

Recife, 24 de Novembro de 2009.

  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator